

Trabalhadores vão às ruas pela redução dos juros

Organizações sociais voltam às ruas e às redes sociais em protestos contra a política monetária praticada pelo Banco Central, por meio do Comitê de Política Monetária (Copom). As manifestações serão concentradas nesta terça-feira (30), primeiro dos dois dias de encontro do Copom para definir a taxa básica de juros da economia brasileira (Selic).



A expectativa do mercado, o principal orientador da entidade, é que o colegiado irá manter a taxa Selic em 10,5% ao ano, índice que torna o Brasil com uma das maiores taxas de juros reais (taxa Selic descontada a inflação) do mundo, com reflexos negativos para o crescimento do país, porque influencia todas as outras taxas da economia.

“A Selic alta significa carrinho de compras vazio, significa também financiar um carro, mas ter que pagar por dois, dificulta pegar um empréstimo e dar conta de pagar o empréstimo necessário, por exemplo, para expandir um negócio, porque os juros estão muito altos”, explica Juvandia Moreira, presidenta da Contraf-CUT e vice-presidenta da CUT.

Além de tornar o crédito mais caro, com impactos em toda a cadeia produtiva, no consumo e na criação de empregos, por ser o principal índice usado nas negociações dos títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, a Selic também impacta nos gastos do governo federal. “O governo brasileiro acaba gastando muito mais com o pagamento dos juros dos títulos, recurso que poderia ser direcionado para importantes áreas, como saúde e educação”, completa o secretário de Assuntos Econômicos da Contraf-CUT, Walcir Previtalo.

O economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Gustavo Cavarzan, explica que a Selic elevada tira dinheiro das famílias e das empresas e leva para os rentistas. Em outras palavras, desestimula o investimento na chamada economia real, que é aquela que impacta na geração de emprego, porque produz riqueza e renda.

“Com a atual taxa de juros no Brasil (em 10,5%), é possível duplicar, em apenas 6 anos, o valor de um patrimônio aplicado em títulos públicos, sem a realização de nenhum tipo de investimentos produtivos, como, por exemplo, o Tesouro Prefixado 2031, com juros anuais em 12,29%”, destaca o economista. “A título de comparação, com os juros pagos por títulos públicos de prazo similar nos Estados Unidos, levaria cerca de 17 anos, ou quase 3 vezes mais tempo, para duplicar o valor dos recursos aplicados. Isso representa um enorme desincentivo ao investimento produtivo gerador de emprego e renda no Brasil”, completa.

Ainda segundo levantamento do Dieese, a cada 1% de aumento na taxa básica de juros brasileira, quase R\$ 40 bilhões são transferidos, por ano, para a especulação financeira.

Os diretores do SindBancários Petrópolis, Aline, Augusto e Sávio participarão da atividade que, na cidade do Rio de Janeiro, acontecerá no centro.